

EXAME DE ORDEM

2ª ETAPA

11/04/99

PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL

ÁREA: Direito Administrativo

Instruções:

a) é permitida a consulta a qualquer livro ou periódico, exceto o que contenha modelos;

b) não utilize mais de 3 (três) páginas para a elaboração do parecer nem mais de 1 (uma) página para a resposta às 2 (duas) questões, totalizando no máximo 4 (quatro) páginas de prova;

c) não coloque o seu nome ou número de inscrição na OAB ao final do parecer ou da resposta às questões, para evitar identificação;

d) não transcreva texto de dispositivo legal, de doutrina ou de jurisprudência, a não ser que considere indispensável à sustentação de sua tese, e, nesses dois últimos casos, não se esqueça de mencionar os dados necessários à identificação da fonte.

Redação de peça profissional, no valor de 4 (quatro) pontos:

O Dr. Armênio Braga, presidente da PROBABEL S/A, uma sociedade de economia mista estadual exploradora de atividade econômica de prestação de serviços, tendo visto notícia na imprensa de que empresas como a que dirige não se sujeitam mais às regras da Lei Federal n.º 8.666, de 1993, e posteriores modificações, formulou consulta sobre a possibilidade jurídica da empresa passar a realizar suas licitações para a contratação de obras, compras, serviços e alienações observando apenas o regulamento a ser aprovado pelo órgão societário legalmente previsto.

Na condição de assessor(a) jurídico(a) da entidade, elabore o parecer.

Questões no valor de 3 (três) pontos cada uma:

1. O Presidente de certa Câmara Municipal pretende demitir sumariamente um servidor público em estágio probatório por insuficiência de capacidade para desempenho do cargo. Consultado(a) sobre a possibilidade jurídica da medida, qual seria sua resposta? Por quê?

2. Determinada lei municipal arrola entre as hipóteses de contratação por tempo determinado o atendimento de “menor de rua”, dispondo que o Município poderá contratar menores comprovadamente carentes, para prestação de serviços gerais de administração, por prazo de 1 (um) ano, podendo o contrato prorrogar-se até que o contratado complete a idade de 18 (dezoito) anos. Você acha possível a propositura de uma ação judicial questionando a constitucionalidade da norma legal em face do comando do inc. IX do art. 37 da Constituição da República? Por quê? Em caso afirmativo, qual ação seria cabível?

Boa sorte!

**EXAME DE ORDEM
2ª ETAPA**

11/04/99

**PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL
ÁREA: Direito do Trabalho**

- 1ª Parte - Redação de Peça Profissional**
2ª Parte - Respostas a Cinco Questões Práticas

Instruções:

- a) *é permitida a consulta a qualquer livro ou periódico, exceto o que contenha modelos;*
- b) *não coloque o seu nome ou número na OAB ao final do parecer ou da resposta às questões, para evitar identificação.*

1ª Parte:

Inconformada com a sentença condenatória em reclamação trabalhista aforada por ex-empregado, Sr. João de Deus, Estilo Limitada interpôs Recurso Ordinário perante a 31ª Junta de Conciliação e Julgamento de Belo Horizonte, indeferido sob o fundamento de intempestividade e deserção, não tendo o Juiz Presidente observado que o término do prazo se deu em feriado municipal, quando não houve expediente na Junta, e que os documentos comprovadores do recolhimento de custas e depósito recursal foram autuados em outro processo por erro da Secretaria do Juízo. Quais as providências a serem tomadas pelo advogado da empresa e como se desenvolve o procedimento?

2ª Parte:

1ª Questão - Uma reclamação trabalhista é proposta perante o Juiz de Direito da Comarca de Santo Antônio. Apreciada em primeiro grau de jurisdição, é conhecida e julgada totalmente procedente. Inconformada, a parte recorre. Pergunta-se:

- a) A quem deve ser dirigido o pedido de reforma da decisão?
- b) Qual o recurso cabível em que prazo? Fundamente.
- c) As razões recursais deverão ser dirigidas a qual Tribunal?

2ª Questão - Quais os requisitos e formalidades legais necessárias para a operação de um enquadramento sindical?

3ª Questão - Faça um paralelo entre o disposto no artigo 133 da Constituição Federal, artigos 1º e 4º do Estatuto da Advocacia e da OAB, Lei 8.906/94, e o jus postulandi no Processo do Trabalho. Justifique a resposta.

4ª Questão - Existe momento, ou momentos, de tentativa obrigatória de conciliação na fase de conhecimento do Processo Trabalhista? Indique e fundamente a resposta.

5ª Questão - No caso do aviso prévio, a data de saída a ser anotada na CTPS deve corresponder à do término do prazo do aviso prévio, ainda que indenizado, ou à da dispensa imediata do empregado pelo empregador? Por quê?

Boa Sorte!

**EXAME DE ORDEM
2ª ETAPA
11/04/99**

**PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL
ÁREA: Direito Civil**

**1ª Parte - Redação de Peça Profissional
2ª Parte - Respostas a Cinco Questões Práticas.**

Instruções:

a) é permitida a consulta a qualquer livro ou periódico, exceto, o que contenha modelos;

b) não coloque o seu nome ou número na OAB ao final do parecer ou da resposta às questões, para evitar identificação.

1ª Parte - Petição:

Joana postulou ação de reconhecimento e dissolução de união estável contra Pedro, Paulo e Petrina, filhos de Roberto, recentemente falecido. Alegou, a Autora, que conviveu com o falecido por quase 20 anos, até sua morte, e que, neste período, embora não lhes tivesse nascido filho, houve aumento no patrimônio de Roberto. Pretende continuar a morar no imóvel que servia de residência para ela e Roberto e dividir o acréscimo patrimonial verificado. O inventário foi aberto recentemente e os bens ainda não foram partilhados entre os herdeiros. Os herdeiros informam ao advogado que, quando sua mãe faleceu, há cerca de 12 anos, o pai não promoveu a partilha dos bens existentes (dinheiro e a casa onde Roberto morava, a qual Joana frequentava esporadicamente). Informam ainda que Roberto não fez qualquer modificação na casa e que o dinheiro que existia quando sua genitora morreu, foi gasto pelo pai. Elaborar a contestação.

2ª Parte:

1ª Questão - *O número de pessoas sequestradas, no País, é notícia nos jornais, diariamente. Neste final de semana foi liberado Wellington, irmão de cantores de música sertaneja. Uma servidora da UFMG desapareceu, após ter saído do serviço, no **campus** e passado no Banco do Brasil, tendo sido, sua bolsa, encontrada em um bairro distante, dentro do bueiro. Estas hipóteses de desaparecimento autorizariam a família a requerer a decretação de ausência desses desaparecidos? Fundamental.*

2ª Questão - *Firmino fez disposição de última vontade, através de testamento. Uma das cláusulas está assim redigida: “Para meus sobrinhos Artur, Alberto e Alfredo, deixo a casa da Av. Alvares Cabral, 201, em Belo Horizonte, matrícula nº 1234, do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Capital.” Com a morte de Firmino, constatou-se que a casa ainda integra o seu patrimônio. Verificou-se, contudo, que Artur faleceu, deixando 2 filhos menores impúberes, e que seu óbito ocorreu antes do de Firmino. A mãe dos menores está interessada em defender os interesses de seus filhos, na sucessão de Firmino e procura sua orientação. Qual será ela?*

3ª Questão - *Antônio Cardoso é proprietário de uma fazenda, situada em Betim - MG, onde mantém residência e explora pecuária leiteira, com todas as instalações necessárias (curral, tanques, pastagens, capineiras, etc.), há mais de 18 anos.*

No dia 20 de fevereiro de 1999, seu imóvel foi invadido por Joaquim Teixeira, que ali construiu um barraco, no qual está residindo, tendo destruído cercas, causando o desaparecimento de 12 (doze) vacas.

Qual a orientação a ser dada a Antônio Cardoso? (com fundamentos e base legal).

4ª Questão - *Seu cliente é locatário de uma loja, vencível em 31/10/2.000 o contrato respectivo.*

Há 30 (trinta) dias, o locador vendeu a loja, sem disso dar conhecimento

ao inquilino e, procurado por este, esclareceu que, ao assinar o contrato, o locatário renunciara expressamente ao direito de preferência.

Qual a orientação a ser dada a este cliente? (justifique, mencionando a base legal).

5ª Questão - *Sua cliente relata estar sofrendo agressões físicas, por parte de seu marido, que é muito violento com ela e com os dois filhos menores do casal: Tatiana (5 anos) e Roberto (2 anos).*

Ela informa que ele é comerciante e fazendeiro, sendo sua renda real de difícil comprovação e fala de sua preocupação com a possibilidade de que ele venha a ocultar bens do casal (o regime é o de comunhão universal), para evitar sua partilha e, como ela nunca teve atividade profissional, está receosa quanto às dificuldades financeiras a serem enfrentadas, em caso de separação.

Qual a orientação a ser dada, mencionando a estratégia a ser adotada, sempre justificando suas respostas, inclusive, com referência à base legal.

Boa Sorte!

**EXAME DE ORDEM
2ª ETAPA
11/04/99**

**PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL
ÁREA: Direito Penal**

1ª Parte - Redação de Peça Profissional

2ª Parte - Respostas a Cinco Questões Práticas

Instruções:

- a) *é permitida a consulta a qualquer livro ou periódico, exceto o que contenha modelos;*
- b) *não coloque o seu nome ou número de inscrições na OAB ao final do parecer ou da resposta às questões, para evitar identificação.*

1ª Parte: Redação de Peça Profissional

Amarantina do Espírito Santo, brasileira, viúva, servidora pública municipal aposentada, documento de identidade nº M/1.111.111-SSP/MG, CIC nº 000.222.333-00, residente e domiciliada nesta Comarca, na Rua Vila Rica, 333, bairro Ouro Preto, contando com 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, viu-se vítima no dia 15 (quinze) de fevereiro do corrente, por volta das 15:30 horas, nos folgedos do carnaval, de abusos sexuais perpetrados por um homem encapuzado, trajando um macacão do tipo jeans surrado e sujo aparentemente de graxa, com aproximadamente 1,90 de altura, de cor morena.

Deram-se os fatos no interior da casa da vítima, sem que tenha havido arrombamento, porquanto a porta encontrava-se destrancada, não tendo a vítima percebido a entrada do intruso.

Visivelmente alcoolizado, o intruso segurou fortemente a vítima, pessoa de certa idade e fisicamente frágil, forçando-a a deitar-se no chão da sala de visitas, retirando-lhe abruptamente as roupas e penetrando-lhe a genitália com seu órgão sexual.

Não satisfeito, o intruso ainda forçou a vítima a práticas sexuais

libidinosas, como o “coito per anus”, quando após, saiu da casa em desabalada carreira, deixando a vítima prostrada no chão.

Socorrida por vizinhos após algumas horas, dirigiu-se ao 1º Distrito Policial, localizado no seu bairro, requerendo a instauração de inquérito, recebendo da Autoridade a guia para submeter-se a exame de corpo de delito que, juntado aos autos após sua conclusão, comprovou as violências sexuais cometidas.

*Após investigações feitas com afinco pela Autoridade e seus agentes, onde ouvidas testemunhas, concluiu-se ser o irmão paterno da vítima, **Vesúvio da Silva**, brasileiro, casado, mecânico de automóvel, com 35 (trinta e cinco) anos de idade, residente e domiciliado também nesta Comarca, na Rua Nelson Hungria, 11, bairro Industriários, o autor dos atentados sexuais, sendo o móvel dos crimes, o fato da vítima negar-lhe empréstimos em dinheiro para que o mesmo pagasse dívidas de jogo.*

O autor dos delitos teve pedida a sua prisão temporária pela Autoridade Policial, sendo deferida pelo MM. Juiz da 1ª Vara Criminal da Comarca.

Concluídas as investigações no prazo legal, procedeu o Delegado ao relatório, remetendo em seguida os autos do IP ao Juízo da 1ª Vara Criminal, determinando este que se aguardasse em cartório as providências legais cabíveis.

Desolada, aturdida e com crises depressivas, sobretudo após tomar conhecimento da autoria das violências, a vítima seguindo conselho de parentes e amigos, o procura no seu escritório, com o intento de não deixar os crimes impunes.

Acertados os honorários advocatícios, e assinada a procuração pertinente, você se incumba de tomar as medidas legais cabíveis ao caso, aviando a peça judicial competente.

Assim, cumpra-lhe, diante do problema exposto, redigir a dita peça.

2ª Parte - Questões:

1ª Questão - *Ainda surpreso com uma inesperada condenação do réu, verificou seu defensor, desapontado, que decorreria em branco o prazo para apelação, que tinha alta probabilidade de êxito, uma vez que a prova colhida na instrução criminal lhe é amplamente favorável, e, demais disso, a sentença não se mostra adequadamente motivada (padece da chamada carência de fundamentação extrínseca) e se fundou exclusivamente em elementos de convicção da instrução provisória do inquérito policial, infirmados em juízo.*

Pode ser feita alguma coisa em favor do réu? Em caso afirmativo, com que objetivo?

2ª Questão - *Num crime de estupro (art. 213 do CP) ocorrido na cidade de Ubá, tendo em vista a miserabilidade da vítima e de seus genitores, oferecida a representação ao órgão do Ministério Público, poderá a respectiva ação penal ser proposta no domicílio do réu, que reside na cidade vizinha de Visconde do Rio Branco? Justifique sua resposta.*

3ª Questão - *Aparecida, casada com Mévio já a 25 anos, descobriu que seu marido havia*

contraído novo matrimônio com uma jovem moça. No mesmo dia em que ficou ciente do fato constituiu advogado, outorgando-lhe poderes especiais, que ofereceu queixa-crime em face de Mévio, imputando-lhe a prática do crime de adultério (art. 240 do CP). A prova carreada para os autos apontava, com clareza solar, a responsabilidade criminal do querelado. Ocorre que, na fase de alegações finais, a querelante veio a falecer, tendo seu único filho, já com 22 anos, assumido o prosseguimento da respectiva ação penal. Na qualidade de defensor de Mévio, qual a sua principal alegação de defesa?

4ª Questão - *Tício foi julgado e condenado pelo Juízo Criminal da Comarca de Belo Horizonte-MG pela prática de crime de calúnia e difamação, arts. 139 e 140 c/c 69 do CP. Interpôs recurso de Apelação, objetivando a reforma da decisão para absolvê-lo. Seu recurso foi julgado improcedente, mantendo-se a decisão monocrática. A sentença condenatória transitou em julgado, já que não mais foram manejados recursos em favor de Tício e este foi preso, iniciando o cumprimento da pena imposta. Como defensor público em exercício na Casa de Detenção Dutra Ladeira, onde Tício cumpre pena, você analisou o processo-crime que resultou na condenação de Tício, identificando uma nulidade absoluta na sentença condenatória de 1ª instância, já que a mesma não se manifestou sobre uma das teses de defesa apresentadas pelo advogado de Tício em sede de Alegações Finais, ou seja, a de que fora cerceada a defesa do acusado por não oitiva injustificada de testemunha de defesa, tempestivamente arrolada na Defesa Prévia. Pergunta-se:*

- a) Qual remédio jurídico que você, como defensor de Tício, irá interpor?*
- b) Tício pode interpor este remédio jurídico independentemente de advogado legalmente habilitado?*
- c) No caso de provimento do remédio jurídico para anular a sentença pode a outra a ser prolatada para aumentar a pena de Tício?*
- d) O Querelante dever ser intimado para apresentar contra-razões à sua peça jurídica?*

5ª Questão - *Em caso de ação penal privada subsidiária, pode o M.P., em aditamento à Queixa-Crime, incluir acusado não mencionado na Queixa?*

Boa Sorte!